

# **AS FRONTEIRAS DO MIGRANTE NA TESSITURA DO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO: Segregação e Violência Criminalizada na RMGV<sup>[1]</sup>**

MARIA CRISTINA DADALTO  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
MÁRCIA BARROS FERREIRA RODRIGUES  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Processo de produção do conhecimento  
Sistematización de procesos de investigación - acción y/o de intervención social  
Número e nome do gt  
GT 09: estructura social, dinámica demográfica y migraciones

## **Resumo**

O Espírito Santo, estado situado na região Sudeste no Brasil, passou por uma dinâmica de modernização e urbanização acelerada nos últimos 50 anos. Os reflexos socioeconômicos desse processo apresentam formas variadas. A proposta desta comunicação é discutir especificamente os efeitos dessa dinâmica na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) com recorte na segregação e exclusão. Destaca-se que a centralidade da RMGV é resultado inevitável da contínua absorção de migrantes vindos de várias regiões do próprio estado, do país e do exterior, estes em menor grau. Assim, o contexto sociocultural, histórico e econômico de transformação e desenvolvimento da RMGV explicita as razões do fenômeno migratório e das sobredeterminações tais como segregação, violência e exclusão urbana presentes na contemporaneidade.

**Palavras-Chave:** Migração. Exclusão. Violência. Segregação.

## **Introdução**

A partir da década de 1930, conferiu-se no Brasil uma sequência constante de mobilidade populacional intra e inter-regional que provocou uma profunda alteração na paisagem urbana de nosso país. O censo da década de 1920 indicava uma concentração de 90% da população brasileira em áreas rurais; já o de 2010 revelou que mais de 80% dos habitantes residem nas áreas urbanas.

No Espírito Santo, estado localizado no Sudeste, também se realizou processo similar: até os anos de 1950, 78,2% da população residia em área rural, e em 2009 o grau de urbanização da população capixaba atingiu o índice de 82,6% (IJSN, 2011). Esse processo de adensamento populacional teve início com a instalação das grandes plantas industriais, então denominadas “grandes projetos industriais”, na região da Grande Vitória.

Este projeto de modernização expandiu um modelo de relação capitalista com vistas a agenciar a integração econômica do estado no contexto nacional e internacional por meio da arquitetura de outro perfil de desenvolvimento econômico. O que possibilitou fazer emergir um processo rápido de urbanização da Grande Vitória associado ao novo padrão internacional de crescimento e expansão das capitais financeiras, com vistas a atender objetivos de fluidez de prestação de serviços.

De modo que o impacto da implantação dessas grandes projetos promoveu a transformação econômica

– seja por meio de processos de substituição de importações ou da diversificação de exportações, seja com a introdução dos grandes projetos de impacto – do Estado e concentrou o crescimento urbano majoritariamente na região da Grande Vitória configurando, a partir de então, uma mudança estrutural. Consolida-se, nesse cenário, a especulação imobiliária e os problemas urbanos advindos inclusive com o incremento do fluxo migratório direcionado a essa região. De maneira que o conjunto dos municípios que compõe a Grande Vitória, formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha, Vitória, Viana, passaram a concentrar, a partir dos anos de 1970, e de forma escalonada, quase a metade da população do Estado.

Segundo dados de Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD, 2008), a concentração no Espírito Santo de residentes não naturais do município é de 45,7%, o que representa um índice 5,6% superior à média do Brasil (40,1%). Apresenta-se, dessa maneira, comparativamente em termos nacionais, em nono lugar.

Uma análise da dinâmica desse movimento demonstra como ele ocorre por meio de ciclos relacionados à questão do desenvolvimento socioeconômico, e, sobretudo, relacionado à oferta de postos de trabalho. Um desses ciclos, na história recente do Estado, está relacionado à execução do programa de erradicação do café, efetuado em duas etapas – o primeiro nos anos de 1962-1965, e o segundo, iniciado em 1966 – e que causou um violento impacto.

Levantamentos da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo (1979) indicam que a época da erradicação dos cafezais 150 mil pessoas deixaram o campo de uma única vez. Fato que ensejou um intenso esvaziamento da zona rural. Desse total, cerca de 50% migraram para o Rio de Janeiro e para o Paraná. Outro tanto para a Grande Vitória.

A reversão dessa dinâmica, revelada em pesquisa publicada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), tem início nos anos de 1990 e se consolida na década seguinte, com o aumento do fluxo de migrantes nacionais. Contudo, além dos migrantes internos, desde a implantação das grandes plantas industriais na região da Grande Vitória, se mantém, proporcionalmente em menor número, o assentamento de estrangeiros.

De acordo com esses estudos, promovidos pelo IJSN, a convergência dos investimentos para a Grande Vitória patrocinou um processo acentuado de concentração do produto e da renda gerados no Espírito Santo. Isto porque, destaca Fortunado (2011), a implantação dos Grandes Projetos também fomentou alterações significativas nas relações de trabalho, intensificando o assalariamento em caráter permanente e temporário.

Considera-se, nessa direção, que a centralidade da Grande Vitória – responsável por cerca de 60% do Produto Interno Bruto do (PIB) do estado (IJSN, 2011) – é resultado inevitável da contínua absorção de migrantes vindos de várias regiões do próprio estado, do país e do exterior, estes em menor grau. Assim, o contexto sociocultural, histórico e econômico de transformação e desenvolvimento dessa região explicita as razões do fenômeno migratório e das sobredeterminações presentes na contemporaneidade, tais como a segregação, a exclusão e a violência urbana criminalizada.

A capital Vitória, por sua vez, surge nesta contextura como centro metropolitano num processo de urbanização acelerada, estendendo filamentos que mudam a paisagem urbana. Bem como alteram representações do espaço que se estendem para além de sua área geográfica, abarcando os demais municípios da Grande Vitória, bem como daqueles que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) – que incluem além dos cinco da Grande Vitória, os municípios de Fundão e Guarapari.

Vilaschi (2011) observa que Vitória possui uma configuração populacional ímpar em termos da caracterização de uma área metropolitana, se comparada a outras regiões do País. Isto porque, a cidade, segundo os dados do Censo do IBGE de 2010, detém menos habitantes do que os municípios de Serra,

Cariacica e Vila Velha. Esse processo ocorre, de acordo com Augè (2003), ampliando a diferenciação espacial e social da cidade, provocando novos interstícios no tecido social ao mesmo tempo em que se promove uma disjunção na escala da atividade humana e um descentramento dos lugares onde as atividades sociais, econômicas e culturais acontecem.

Assim, juntamente com o deslocamento populacional dá-se uma importante mobilidade estrutural, na qual as pessoas não só se deslocam do campo para as cidades, como também de cidades pequenas para cidades maiores, para a Grande Vitória e entre bairros das cidades que compõem a Grande Vitória. Todas ou quase todas, em busca de acesso: ao trabalho, a educação, a saúde, ao lazer, à mobilidade urbana.

Resultando, muita vez, essa mobilidade humana em segregação e exclusão, uma vez que muitos não conseguirão obter ou oferecer a si próprios e aos seus parentes acesso aos bens tangíveis e intangíveis que buscam. Além disso, na dinâmica do fluxo da mobilidade laços sociais são desfeitos e refeitos e a consequência apresenta-se por meio de benefícios e de problemas de ordens diversas, com repercussões nas políticas públicas das várias instâncias governamentais em nível municipal, estadual e federal (Faria, 1991).

De tal forma, que seus efeitos se apresentam como instrumentos propulsores do rápido alargamento da periferia da Grande Vitória e da RMGV – que neste caso específico contrapõe-se a representação de centro –, que, sem infraestrutura ou condições mínimas de habitação, passou a abrigar considerável parcela da população, especialmente àquela de renda mais baixa. A periferia adquire então um sentido que ultrapassa o significado geográfico, e também passa a ser percebida no sentido político e social.

Indiciariamente podemos formular indagações sobre esse processo traduzidas nas seguintes perguntas: qual a tessitura das fronteiras da Grande Vitória? Quem são os milhares de migrantes que se assentam na região? São segregados e excluídos? A nossa ver, a resposta a essas questões poderá ajudar a esclarecer pontos nodais desse complexo de sobredeterminações no cenário atual do Espírito Santo. Contudo, não é pretensão desta comunicação responder a todos, pelo menos de forma direta.

Pesquisa realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves publicada no jornal *A Tribuna*, em 22 de abril de 2009, mostra que de cada 100 moradores da Grande Vitória, 20 nasceram em outras dos estados da Federação, em especial Minas Gerais e Bahia. Segundo este levantamento, dos cidadãos que nasceram em outros estados os mineiros são maioria e correspondem a mais de 12% dos migrantes, seguidos dos baianos (8,1%), cariocas (3,6%) e paulistas (2,2%). Contudo, há também, paranaenses (0,6%), cearenses (0,5%), alagoanos (0,3%), amapaenses (0,2%), rondonenses (0,2%), e sergipanos (0,2%). Ressalva-se que a pesquisa não informa sobre os nascidos no interior do estado.

A série descritiva demonstra que no ano de 2007 os capixabas natos representavam aproximadamente 83% da população, e em 2009, 78%. No entanto, além desse número de migrantes nacionais, residem na região da Grande Vitória imigrantes europeus, japoneses, chineses, coreanos, árabes, entre outros imigrantes estrangeiros; além de migrantes espírito-santenses.

Grande parte da totalidade desse fluxo migratório está relacionada ao processo de desenvolvimento das empresas que conformam, direta ou indiretamente, as plantas industriais localizadas RMGV. E grande parte dos migrantes nacionais, sobretudo os nordestinos de baixa renda – metaforicamente denominados como baianos pela população nativa, que em geral não distingue entre os migrantes de diferentes regiões do Nordeste – passam a residir nos bairros da periferia.

Deste modo, retomando o argumento de Augè (2010), podemos inferir que temos no cenário atual da Grande Vitória uma camada de efeitos sobredeterminados, que exigem uma explicação para além do viés econômico. Afigura-se, a nosso ver, uma complexa trama de sobredeterminações sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, que demandam uma compreensão desse fenômeno no campo do simbólico.

Propõe-se, nesta direção, uma apresentação dos dados sobre a violência na Grande Vitória, e uma análise específica sobre a discriminação vivenciada por migrantes nordestinos, mais especificamente aqueles de baixa renda residentes na cidade de Serra. O objetivo é entender os processos de segregação e de exclusão urbana colocados como problemática desta comunicação, situando a violência especificamente o processo de criminalização social de determinados “estrangeiros” na questão homicídios. Bem como entender como se dá a tessitura desse processo nas fronteiras da Grande Vitória.

Nas três últimas décadas entre 1979-2009 o Espírito Santo apresentou um crescimento real de cerca de 700% no número de homicídios, saltando de 256 (12,65 homicídios por 100 mil habitantes) no final da década de 1970, para 2034 homicídios em 2009 (58,32 homicídios por 100 mil habitantes). Sendo que cerca de 70% do total desses homicídios estão concentrados na Grande Vitória.

Entretanto, esse tipo de crime não ocorre de forma uniforme no ambiente metropolitano, mas restrito a alguns bairros, ou conjunto de bairros, via de regra, de forma concentrada e em regiões com elevada densidade demográfica, de ocupação recente (nos últimos 30 anos), com baixo índice de urbanização, infraestrutura habitacional e desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, naqueles por nós definidos como os portadores de segregação e exclusão urbana, portanto, aqueles cujas fronteiras são demarcadas pela pobreza e pela “quase invisibilidade” das políticas públicas – não podemos aqui falar em invisibilidade absoluta porque há oferta de equipamentos de infraestrutura com vistas a atender a população, contudo em qualidade e quantidade inferior à necessidade e ao desejo dos moradores.

Deste modo, embora o senso comum acredite na “explosão da criminalidade”, incluindo o crime de homicídio, talvez fosse mais adequado usar a expressão “implosão da criminalidade”. Já que o crime de homicídio ocorre na Grande Vitória em áreas específicas no interior de comunidades, onde vítimas e agressores coabitam o mesmo espaço. Embora esse fenômeno esteja se interiorizando, a concentração ainda é na Grande Vitória.

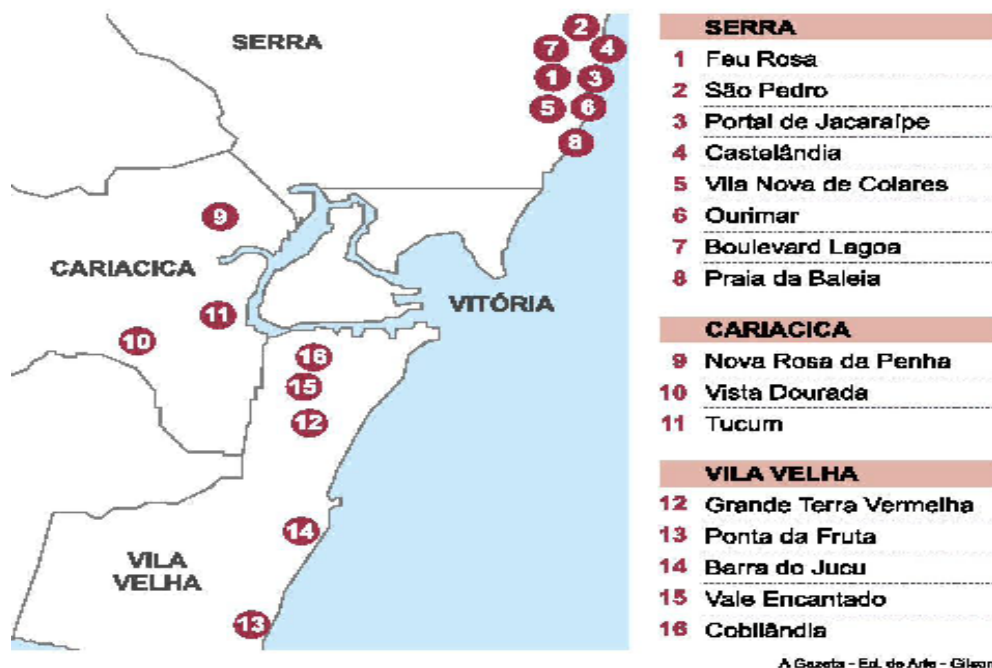
Segundo dados primários do Centro Integrado Operacional de Defesa Social da PM/ES (CIODES) e consolidados pela Secretaria Especial de Ações Estratégicas (SEAE/ES), na série temporal de 2005-2012 (janeiro-setembro), considerando os homicídios dolosos consumados, incluindo tentativa de homicídio com comunicado de morte, o estado do Espírito Santo apresenta os seguintes números absolutos: 2005 – 1.702 e em 2012 -1.262.

Na região metropolitana, segundo a mesma fonte, de janeiro a setembro de 2012, três municípios ganham destaque, todos da Grande Vitória. O município de Serra ocupa o primeiro lugar com 259 homicídios; Vila Velha o segundo, com 171 homicídios, em terceiro, Vitória, com 91 homicídios. Em quarto lugar São Mateus, que não pertence a RMGV, e em quinto, Viana com 15 homicídios.

Levantamento produzido por Pereira (2011), porém em outra série temporal – 2002 a 2010 – identifica que as taxas de homicídios na Grande Vitória no período estudado, manteve-se a média de 1.200 homicídios consumados. Sendo que nesta série histórica os municípios com maior quantidade de homicídios consumados foram Serra, com 33%; Cariacica, 29%; Vila Velha, 20%; Vitória, 14%; e Viana, 4%. Dados que se diferenciam dos apresentados pelo CIODES pela série histórica e porque não busca comparação com os outros municípios do Estado.

A análise de Mattos (2010), sobre o processo de violência e segregação urbana na Grande Vitória vai ao encontro da hipótese que se coloca nesta comunicação. Para ela, a RMGV experienciou um processo de expansão desordenado implicando no surgimento de bairros periféricos, os quais concentraram um perfil populacional com grande quantidade de moradores migrantes. Parte oriunda de atividades agrárias, e muitos em situação de desemprego, com baixa ou nenhuma qualificação profissional. No quadro abaixo, os bairros, discriminados por município, considerados de maior segregação e violência na Grande Vitória por Mattos:

## AS ÁREAS DE SEGREGAÇÃO NA GRANDE VITÓRIA



Fonte: Gazeta On Line 21/05/2012. Pesquisa sobre segregação e violência.  
Rossana Mattos –Nesv/Unesc/ES.

Na descrição cartográfica o município que concentra a maior quantidade de bairros considerados áreas de segregação e violência é Serra. Também qualificada, segundo os dados oficiais de pesquisas do CIODES, como a mais violenta do Estado – no Espírito Santo, especificamente o município da Serra, é um debate crucial por aliar dois motivos: alto índice de homicídio, em particular, o juvenil, e baixo índice de desenvolvimento social e humano.

Vejam os dados do IBGE divulgados em junho de 2012: nele o Espírito Santo ocupa o segundo lugar no ranking nacional de homicídio com 56,9 mortes por 100 mil habitantes. A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) contribuiu significativamente para esses números. Entretanto, o que queremos destacar é que as taxas de homicídio na Serra contribuem para elevar a taxa estadual. Via de regra os dados quantitativos têm demonstrado que a Serra possui o maior índice de homicídio da RMGV nos últimos cinco anos.

Entre os bairros mais violentos na Serra, segundo as estatísticas oficiais, figura o Feu Rosa. Com base em diagnóstico realizado no bairro Feu Rosa em 2007, e replicado em 2012, e no qual não foram encontrados desvios no padrão apresentado às respostas então obtidas, realizaremos a seguir uma análise específica sobre a discriminação vivenciada por migrantes nordestinos residentes nesse bairro [2].

Ressalta-se que a fundação do bairro Feu Rosa deu-se sob a marca da segregação, portanto o retrato da violência não é um fato conjuntural. Para ele foram deslocados, nos anos de 1980, pela Companhia de Habitação do Espírito Santo (COHAB), centenas de desabrigados do morro do Macaco – localizado na Capital – devido a uma catástrofe ambiental. O argumento era que tal decisão possibilitaria preservar a comunidade de origem, mantendo as pessoas juntas. Destaca-se, também, que o bairro foi construído para abrigar a mão de obra operária para as indústrias instaladas na região.

Contudo, o projeto habitacional não atendeu ao propósito para o qual foi pensado e por motivos variados: o custo do financiamento era alto para a população alvo do projeto, caracterizada por baixa renda; não havia infraestrutura básica nem legalização dos contratos quando foi autorizada a sua posse; muitos invadiram e ocuparam o loteamento sem controle por parte da COHAB e com consentimento do governo local. Além disso, os moradores, despossuídos de infraestrutura básica que deveria ser ofertada pelo Estado, longe do centro urbano, desqualificados para o trabalho nas empresas ali sediadas, ficaram entregues à própria sorte.

Nesta direção, a problemática apresentada sobre os moradores do bairro Feu Rosa considera que há questões identitárias produzidas sobre os diferentes grupos migrantes que constituem significados materializados pela denominação baianos, mineiros, nordestinos, paraíba, dentre outras – contudo, este estudo visa especificamente aqueles metaforicamente denominados de baianos, dado o alto nível de discriminação verificado na pesquisa.

Investiga, portanto, questões relacionadas ao caráter identitário e as relações sociais encetadas com estes migrantes. Bom esclarecer a partir dos estudos de Guimarães (2005), que ‘baianos’, ‘paraibas’ ou ‘nordestinos’ são assim nomeados em geral pelas elites ou pelas classes médias nacionais como a ralé. No caso do nosso estudo, o “baiano” é entendida aqui como um indício de um olhar excludente, de rejeição, de um outro estranho, estrangeiro e indesejado no contexto de organização estrutural e simbólica do bairro.

Assim, conforme a pesquisa indicou no diagnóstico, uma das causas apontada para a violência na Serra é a presença de grande número de “estrangeiros”, ou melhor, de “baianos”, que acabam por provocar desordens de vários tipos originando caos na infraestrutura do município (habitação, emprego, saúde, educação etc.). Essa fala está presente, de forma diferenciada, tanto no discurso dos representantes do poder público quanto da população em geral.

Nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo para produção do diagnóstico, os “baianos” também são considerados como principais culpados de diversos problemas para o município. Tais como: o aumento significativo de gravidez na adolescência, o aumento de crianças sem registro de paternidade e também à violência, conforme podemos verificar nas falas abaixo [3]:

Eu vim trabalhar, eu sou de Aracruz, aí vim pra trabalhar aí na Vale. (..) Mas aí eu sei que os baianos despencaram, viram que tinha serviço na Vale do Rio Doce (mas) Quando acabou ficou tudo por aí, sem trabalho. Iam um dia, mas voltavam porque não tinham dinheiro. (Eles) Vem aqui e faz uma outra família não é? CST, Vale do Rio Doce e Aracruz, não é? Quando surgiu a Aracruz trouxe muita baianada e mineirada pra cá...É uma pena, porque aí começou a miséria, vinha pra cá e não arrumava emprego não é. .É. Aí vinha caminhão da diocese, vinha caminhão dali da igreja de Laranjeiras, vinha do Banco do Brasil, vinha da Escelsa, vinha de tudo quanto é lugar... Caminhão cheio, fechado de mercadoria, tinha vezes que a sala não dava, a varanda ficava cheia até em cima de mercadoria... (Morador de Feu Rosa).

[...] a Serra é muito mais complicada porque a área territorial dela é muito grande e é na horizontal, então você vê que é muito difícil porque vão criando bolsões de pobreza em determinados locais e isso, em especial, depois da obra da CST (atualmente denominada Arcelor Mitral), porque naquela ocasião eles puxaram pra cá, convocaram mão de obra desqualificada. Então muitas pessoas migraram, principalmente da Bahia pra cá; nós temos um volume enorme muito grande, na obra da CST, de funcionários que vieram da Bahia. Esse pessoal veio com mão de obra desqualificada, depois da produção, que foram utilizados os trabalhos braçais deles, essas pessoas foram dispensadas e obviamente entre eles ficarem em um litoral lindo desse e voltarem pra Bahia, às vezes pra um recanto feioso, eles não quiseram voltar, os filhos foram crescendo aqui, as famílias obviamente desempregadas e sem uma

estrutura. Os filhos acabaram entrando no mundo do crime e é o que nós vemos, na sua grande maioria, os filhos sendo vitimados, não somente vitimados pessoas da Bahia e Minas, como também muitos autores são oriundos daquela região. (Representante da Polícia)

Confere-se assim no discurso do morador e do representante da polícia que o “baiano” é um sujeito estigmatizado, que simboliza o mal e os problemas do bairro. A visão é simplória, mas reveladora de um pensamento que classifica um determinado grupo social, e em consequência, legitima a desigualdade. Por outro lado, como também identificou Caldeira (2003) em pesquisa realizada em São Paulo, é sintomático o fato de ser o migrante nordestino aquele que é selecionado para ser categorizado, ou representante, de uma categoria relacionada ao crime. Nesse sentido, concordamos com Misse (2011) que esse processo criminaliza alguns tipos de violência e alguns tipos sociais.

O que vai ao encontro da perspectiva de Guimarães (2005) ao assegurar que há um racismo social que segrega aquele que não representa o simbólico de determinada elite e classe social. Assim, se ele é desqualificado, se vem de um “recanto feioso”, mas quer ficar num “litoral lindo”, se transforma em um indesejado. Um desigual estrangeiro, legitimamente e simbolicamente desigual daquele que por razões outras não se enquadra no mesmo perfil segregado e excluído das relações sociopolíticas estabelecidas no espaço comum do bairro, da cidade, da Grande Vitória, do Estado.

Há assim, o deslocamento da questão da violência criminal para os fatores externos ou exógenos concentrados sempre na figura do “baiano”. Num cenário de discriminação que só se acentua, até por que a RMGV continua atraindo milhares de migrantes vindos do interior do Espírito Santo, da zona da Mata Mineira, Norte do Rio de Janeiro e Sul da Bahia. E, além disso, grande parte desse contingente, não conseguindo emprego, irá atuar no mercado informal – sempre no limite da ilegalidade.

Eu sou natural da Bahia, né!? Eu vim pra Vitória, especificamente pra Feu Rosa por que eu já conhecia pessoas que moravam aqui, eram moradores já há um bom tempo, e eu vim com intenção de trabalho. O objetivo primário era esse, é com... ver o mercado de trabalho, a possibilidade de ter um trabalho que “adivinha” o meu lado profissional.--- Eu conhecia muito pouco, é... por fato do Espírito Santo ser em si uma cidade bem divulgada, bem conhecida no Brasil inteiro, então isso eu acho é... da uma perspectiva de ter um mercado de trabalho mais acessível ----- Aqui no bairro tem muitos imigrantes, tem o mineiro, o carioca que é muito dado, baiano... E como o bairro tem uma denominação de religião muito grande, a gente procura prestar esse serviço a todos de uma forma que não sobrecarregue de alguma forma a comunidade e que não tome partido de uma denominação tal-----... Em 83 foi a grande invasão em Feu Rosa... Foi mais de 83... (Morador de Feu Rosa).

O que é que gera essa violência? É o laço social. O cidadão ele tá desempregado, eu falo pra minha esposa, às vezes ela não gosta, que ela trabalhou na justiça trinta anos e eu trabalhei no bombeiro, mas o que é que gera violência? É o cidadão desempregado, doente, não tem educação, não tem transporte, às vezes ele não acredita muito em Deus, ele tem a cabeça meio fraca, aí ele faz bobagens, se ele não for muito concentrado em Deus, ele vai roubar, ele vê você chegar aí, então ele vai assaltar. Então se o governo olhasse para o lado social, desse emprego, desse moradia, as condições de trabalho pras pessoas, o governo fala uma coisa na campanha, chega, assume o poder e pronto, na prática não funciona, não funciona de jeito nenhum. (Morador de Feu Rosa).

O que mais marca a gente aqui no bairro né? É a violência né? É a violência... Aqui, assim, meninos que eu vi crescer, hoje em dia não existe mais. Já morreram. Então é muita violência. A medida que a população foi crescendo a frota de ônibus não acompanhava a demanda o ônibus não parava porque passava muito cheio, então a população reuniu e parece, não sei se chegou a queimar, mas apedrejaram, danificaram uns quatro ou cinco ônibus e aí a coisa

melhorou. "Um rapaz que possuía um trailer e ele foi assassinado e o pai quando veio assentou-se ao lado do corpo da vítima e começou a chorar..." (Morador de Feu Rosa).

E olha que eu já vi bastante coisa feia aqui, tráfico, essas coisas. Fui ver aqui, eu nunca tinha visto uma pessoa assassinada na rua, aqui às vezes a gente levantava pra trabalhar e via um aqui, outro ali, no meio da rua. O fato que mais marcou foi a violência, porque quando eu vim pra aqui foi o assassina do meu irmão, todos os amigos dele já foram assassinados, todos. Ele era usuário de drogas. Porque aqui é muito difícil você criar os filhos e eles não se envolverem, porque é muito grande a influência do tráfico, então ele se envolveu, e a partir do momento que você não tem condições de pagar a dívida eles matam. (Morador de Feu Rosa).

As narrativas produzidas pelos próprios moradores do bairro Feu Rosa vai demonstrando que há uma relação marcadamente preconceituosa e conflituosa que se estabelece em termos de origem social e da organização do espaço social. Uma vez que o migrante metaforicamente categorizado de “baiano” não é considerado “bem vindo”, o que implica em questões de grande complexidade e que está diretamente relacionada à alteridade e ao modo como a sociedade se pensa e pensa o outro. Ou seja, sobre como tece, constrói e representa o mundo, e sobre como compartilha essa representação; e sobre como esse discurso vai trazer à tona o senso comum ou questioná-lo, para promover sua mudança.

Ponderamos, dessa forma, que os relatos concebidos sobre os migrantes, e não migrantes residentes no bairro Feu Rosa são permeados pela discriminação negativa e reveladores de um sintoma de instrumentalização da alteridade constituída para excluir (Castel, 2008). São relatos, por sua vez, que fornecem uma determinada dramatização e com a disseminação de seu conteúdo podem promover a proliferação da violência.

Isto tanto ao produzir sentido para quem é discriminado, segregado, vítima do preconceito, quanto para aquele que produz a discriminação. Possibilitando, assim, a elaboração e manutenção de um ciclo que dá significado à construção, à representação estigmatizante, segregadora e excludente à narrativa maniqueísta na qual o “baiano”, surge como membro do “mal” e o outro como um sujeito do bem.

Uma elaboração discursiva, por conseguinte, que joga com os desejos e com as necessidades de uma relação sociopolítica, histórica, cultural e psíquica cuja base está além da banalidade e da simplicidade de conceitos naturalizantes e essencializantes de migrantes e de não migrantes. Segregação e preconceito que não encontram respaldo na realidade da cartografia identitária dos moradores do bairro pesquisado, dos diferentes bairros das cidades da Grande Vitória, e nos levantamentos demográficos do IJSN.

A partir dessas narrativas e dos dados sobre homicídio consumado apresentados, podemos perceber como as relações sociais no bairro Feu Rosa são historicamente complexas e engendram muitas violências. Ao mesmo tempo, como revelam a tessitura de fronteiras simbólicas que vão indicar distinções sociais. Nesse sentido, é preciso empreender um exercício arqueológico com vistas a compreender a construção da subjetividade e das identidades dos grupos, analisada a partir da perspectiva do sujeito histórico. E, com base nesse exercício, remover e refletir sobre cada uma dessas camadas sobrepostas no processo de experimentação e produção de sentido cotidiano dos envolvidos.

À guisa de conclusão, pode-se inferir que a metáfora “baiano” condensa e desloca um discurso político, um conflito subjetivo e social. Por um lado, ela remete à questão econômica e à demanda por mão de obra barata e pouca qualificada. Por outro, produz um efeito de desarticulação ao estigmatizar esse grupo – legitimando o alijamento do processo social que o submete –, e naturalizando o significado simbólico da metáfora.

Desta maneira, o que se propõe não é discutir o lugar geográfico de onde vem o migrante, o estrangeiro, o “baiano”, mas o lugar simbólico de onde esse “outro” é referenciado, e como essa referência é legitimada. Por isso é que a metáfora “baiano” é um indício. Ela condensa e ao mesmo



tempo desloca o “lugar” das emoções e sentimentos contraditórios em relação ao estrangeiro. Ou seja, ódio, medo, raiva, ameaça em relação ao desconhecido, aquilo que eu não conheço, e, por conseguinte, não domino; e se não domino, não legítimo sua inclusão na ordem social.

A metáfora em análise é, portanto, um sintoma da ordem sociopolítica; e, em consequência, ditado pela subjetividade de quem se considera fazer parte da “boa sociedade”. Mas que condensada em dados oficiais de criminalidade e violência ajudam a reforçar um discurso simbólico de segregação e discriminação. De modo a reafirmar a existência de uma fronteira onde residem os bons e os maus sujeitos, mas sem refletir sobre o abandono a que são vítimas.

Um abandono produtor de estigmas autoalimentados pela péssima condição de vida a que foram e estão confinados num processo de desenvolvimento selvagem, cujo objetivo principal é a busca contínua e extenuante do lucro. Excluindo desse propósito todo aquele que, pobre e desqualificado, assume um lugar territorial e simbólico que passa a dar sentido e sustentação a replicação de estereótipos do imaginário das elites e de grupos das classes médias.

### Notas de páginas

[1] Pesquisa realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[2] Para a realização do diagnóstico se adotou uma metodologia plural e diversa: entrevistas em profundidade, mapa georreferencial, grupo focal, observação participante, pesquisa em jornais, história oral e indiciário.

[3] Os depoimentos citados neste trabalho são do Relatório Final do Diagnóstico Histórico-Sociológico do Plano de Segurança Local: “Serra Cidade da Paz” (Rodrigues, M. B. F. *et alli.*, 2007).

### Referências

AUGÈ, M. (2010). *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: Edufal; Unesp.

CALDEIRA, T. P. do Rio. (2003). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed 34; Edusp.

CASTELS, R. (2008). *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis, Vozes.

DADALTO, M. C. (2007). Os rastros da diversidade da identidade capixaba. *Sinais - Revista Eletrônica*. Vitória: CCHN, UFES, 1, 57-74. Disponível em: [http://lhrpi.ufes.br/sites/lhrpi.ufes.br/files/01\\_05\\_maria.pdf](http://lhrpi.ufes.br/sites/lhrpi.ufes.br/files/01_05_maria.pdf). Acesso em 14 em julho de 2013.

FARIA, V. E. (1991). Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos estudos*, 29, 98-119. Disponível em: [http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/63/20080624\\_cinquenta\\_anos\\_de\\_urbanizacao.pdf](http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/63/20080624_cinquenta_anos_de_urbanizacao.pdf). Acesso em 14 em julho de 2013.

FORTUNATO, D. de O. B. (2011). Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. *Dimensões*, 27, 40-62. Disponível em: <http://www.ufes.br/pp>

ghis/dimensoes/data/uploads/D27\_03\_DanielleDeOliveiraBrescianiFortunato.pdf. Acesso em 14 de julho de 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. (2012). *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. (2011). *Nota técnica*. Número 21, Janeiro. Disponível em: [http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851\\_ijsn\\_nt21.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851_ijsn_nt21.pdf). Acesso em 19.05.2011 . Acesso em 14 de julho de 2013.

MATTOS, R.F. da Silva. (2010). Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória. *Dimensões*, 25, 249-265. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes>. Acesso em 14.07.2013.

MISSE, Michel. (2011). *Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.

PEREIRA, J. L. (2011). *Violência e vulnerabilidade social: perfil das vítimas de homicídio nas regiões de Grande Terra Vermelha e Grande Santa Rita no período de 2002 a 2010*. Monografia de conclusão de Curso de Especialização em Política e Gestão em Segurança Pública. Departamento de Serviço Social. UFES, Vitória.

RODRIGUES, M. B. F. *et alli*. (2007). Diagnóstico histórico-sociológico plano de segurança local: Serra cidade da paz. Vitória, NEI/UFES e Secretaria de Defesa Social da Prefeitura Municipal de Serra\ES. Disponível em: [http://www.nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/PSL\\_Feu%20Rosa%20e%20V.N.Colares\\_Diagnostico.pdf](http://www.nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/PSL_Feu%20Rosa%20e%20V.N.Colares_Diagnostico.pdf) . Acesso em 14.07.2013.

VILLASCHI, A. (2012). *Urbanização acelerada da Grande Vitória: em busca de uma agenda contemporânea*. Disponível em: [www.blogeconomiacapixaba.com.br](http://www.blogeconomiacapixaba.com.br) . Acesso em 14.07.2013.